

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 508.322 - SP (2019/0126177-7)

**RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**
IMPETRANTE : EUGÊNIO CARLO BALLIANO MALAVASI E OUTROS
ADVOGADOS : PATRICK RAASCH CARDOSO - SP191770
JULIANA FRANKLIN REGUEIRA - SP347332
EUGENIO CARLO BALLIANO MALAVASI - SP0127964
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : PEDRO LEITE ASSUMPCAO FLEURY (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. **CRIME DO ART. 121, 2º, INCISOS II, III, E IV, C.C. ART. 14, INCISO II, TODOS DO CÓDIGO PENAL. DESCUMPRIMENTO DAS MEDIDAS CAUTELARES IMPOSTAS. RESTABELECIMENTO DA PRISÃO PREVENTIVA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.**

I - A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de **habeas corpus** em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não-conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

II - A segregação cautelar deve ser considerada exceção, já que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, **ex vi** do artigo 312 do Código de Processo Penal.

III - Descumpridas as medidas cautelares, o ordenamento processual penal (arts. 282, §4º, e art. 312, parágrafo único) prevê a possibilidade de prisão preventiva.

IV - **Na hipótese**, a prisão preventiva está fundamentada no descumprimento das medidas cautelares que lhe foram impostas, conforme o disposto no art. 312, parágrafo único, do Código de Processo Penal, **uma vez que o paciente, por sua exclusiva iniciativa, optou por deixar o distrito da culpa, mesmo após a autorização de viagem ter sido negada pelo juízo competente.**

V - Não há que se falar em possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão se há nos autos elementos hábeis a justificar a imposição da segregação cautelar, como na hipótese.

Habeas corpus não conhecido.

ACÓRDÃO

Superior Tribunal de Justiça

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do pedido.

Os Srs. Ministros Jorge Mussi, Reynaldo Soares da Fonseca, Ribeiro Dantas e Joel Ilan Paciornik votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro Leopoldo de Arruda Raposo
(Desembargador Convocado do TJ/PE)
Relator

